

## **A BIBLIOTECA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO CULTURAL NA ESCOLA E SEU LUGAR NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO ESTADO DO PARANÁ**

CLAUDIO JOSE DE ALMEIDA MELLO (UNICENTRO), DENISE APARECIDA SAMPIETRO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO), LUCAS SANTOS MACEDO (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE).

### **Resumo**

Mediante a verificação do baixo índice de utilização das bibliotecas escolares e sua pragmatização como espaço destinado à conservação de acervo e de realização de pesquisas e trabalhos socialmente descontextualizados, este trabalho apresenta estudos relacionados ao papel histórico e atual da biblioteca, entendida hoje, por estudiosos da área, como um espaço fundamental para a promoção da leitura literária e da cultura em geral, a partir do ambiente escolar. Os objetivos são demonstrar em que medida as práticas estabelecidas dentro das escolas podem contribuir para a transformação da biblioteca em instrumento de leitura utilizado pelo professor de língua portuguesa e literatura e, portanto, em meio fértil para instigar a formação de leitores competentes. Também é objetivo verificar, na biblioteca escolar de uma instituição específica, o impacto das Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica do Estado do Paraná, as quais recomendam o ensino de literatura como prática social. A metodologia utilizada para o desenvolvimento desse trabalho abrange leituras teóricas acerca do papel da biblioteca: seu histórico no Brasil e no exterior, sua participação na formação do leitor, além das diversas concepções acerca de sua função e também análises de documentos, quais sejam, a LDB e as Diretrizes Curriculares da Língua Portuguesa para a Educação Básica do Estado do Paraná.

### **Palavras-chave:**

Diretrizes curriculares, Letramento literário, Promoção da leitura literária.

Levando-se em consideração a trajetória histórica da biblioteca, não é difícil imaginar a causa que a mantém ainda distante da maioria da população, sobretudo daquela parcela desfavorecida economicamente e, por conseqüência, na área educacional.

Embasada por ideologias tecnocratas, desde seus primeiros arranjos a biblioteca destinou-se às classes privilegiadas, mantendo-se como lugar de oferecimento de status, onde deveriam prevalecer o silêncio e a ordem, mais que a busca por conhecimento e prazer. Conforme Aguiar (2006), embora os livros tenham se multiplicado com o aparecimento da imprensa, ainda assim, somente uma elite tinha acesso à biblioteca. Assim:

"Como a freqüência àquele espaço continuava a ser escassa, uma vez que restrita às classes privilegiadas, alfabetizadas e detentoras do saber erudito, ele se mantinha como um local antes de conservação que de consumo de livros" (Aguiar, 2006: 126)

Essa situação encontrada até os dias atuais.

Embora, ao longo dos anos, a proliferação de bibliotecas tenha contribuído para a aproximação de um número maior de pessoas, ainda assim permanecem alguns traços excludentes que impossibilitam um uso mais freqüente e democrático. É aí que entra o papel fundamental da escola, pois, oferecendo boas ou más condições

de ensino, é esse o lugar onde, para muitos, o ato da leitura e da escrita são concretizados, podendo viabilizar uma vivência significativa para o aluno.

Infelizmente, o que se constata na maioria das escolas públicas é uma visão deturpada da biblioteca. Esta ainda é tida como lugar de castigo, de realização de trabalhos pré-elaborados, constituída de acervo pouco significativo, quando não, depósito de material obsoleto. Essa caracterização corrobora para a cristalização da concepção de biblioteca como espaço alheio ao aluno, na contramão do que hoje se defende: "uma biblioteca bem equipada é campo fértil para a busca autônoma, instigando leitores a decidir por si mesmos e a construir seus próprios critérios de gosto" (Leahy, 2006: 19).

É pensando no ato de ler como uma atividade provocadora de consciência, que as escolas devem refletir sobre o papel da biblioteca, em termos de transformação e atuação dentro da rede escolar; a esse propósito, lembramos as palavras de Lourenço Filho que, já em 1944, afirmava que ensino e biblioteca:

"[...]são instrumentos complementares (...); ensino e biblioteca não se excluem, completam-se. Uma escola sem biblioteca é um instrumento imperfeito. A biblioteca sem ensino, ou seja, sem a tentativa de estimular, coordenar e organizar a leitura, será, por seu lado, instrumento vago e incerto" (*apud* Silva, 1985: 28).

Nesse viés, podemos pensar a biblioteca não como espaço de leituras e trabalhos socialmente descontextualizados, que cumprem uma função aliada ao pressuposto, ainda dominante, de que a educação formal caminha separadamente da vida "real", mas sim como espaço de promoção e vivência cultural voltada à aquisição de conhecimento crítico, que permita ao indivíduo fazer valer seus interesses e aspirações. Conforme Silva (1985: 101):

"A biblioteca deveria ser o centro de estimulação cultural de todas as escolas, tanto para a atualização profissional dos educadores como para o atendimento e desenvolvimento dos interesses de leitura dos alunos, para a melhoria do processo ensino-aprendizagem". (SILVA, 1985: 101)

A transformação do perfil desestimulante da biblioteca em meio fértil para a transformação de alunos apáticos em leitores competentes é tarefa árdua, nem sempre finalizada satisfatoriamente, especialmente, pelo desconhecimento do modo como o prazer que a leitura pode contribuir para o aprendizado; pela falta de um espaço que realmente proporcione trocas de conhecimento significativo, um espaço de humor, de reflexão e, principalmente, de liberdade; e pela falta de profissionais bem formados, que se preocupem em transgredir as margens das regras e catalogações e invistam em oportunizar a transformação dos alunos de meros receptores de informações mecanizadas a leitores competentes, profissionais que vejam na leitura a autorrealização, capazes de criar oportunidades, de assumir responsabilidades e também valorizar a fruição estética nos textos literários.

Para isso, há que se pensar em três quesitos básicos: 1) A orientação que os professores oferecem em sala de aula quanto ao envolvimento que o aluno deve ter com a biblioteca; 2) A qualidade da biblioteca, tanto em relação ao acervo de livros e outros serviços (como internet, videoteca, hemeroteca etc.) quanto ao espaço físico e à formação do profissional atuante na biblioteca; 3) O papel desempenhado pelas instituições governamentais para que os quesitos acima se realizem: como seus discursos se traduzem em ações concretas?

Vejamos como isso se apresenta nas diretrizes do governo federal e, posteriormente, do estado do Paraná.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB), pretendendo uma educação que satisfaça as necessidades da clientela estudantil, incumbe cada estabelecimento de ensino de elaborar e executar sua própria proposta pedagógica, desde que respeitadas as normas comuns. Além disso, cada instituição deve "articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola" (Brasil, 1996: 5).

Entretanto, o que se verifica é que nem sempre a escola exerce essa autonomia pedagógica, pois além da dificuldade evidente, há sempre uma maior comodidade em seguir um padrão já estabelecido (Lajolo; Zilberman, 1991).

No artigo 26, temos a obrigatoriedade do ensino da arte como "forma de promover o desenvolvimento cultural dos alunos", porém não fica claro em que medida a literatura está presente nesse "ensino de arte". Parece-nos que a LDB não explora o trabalho com a língua portuguesa de modo a valorizar as possibilidades de vivências estéticas nos textos literários, o que se comprova quando, no artigo 36, a língua é citada como instrumento de comunicação, mas não como interação social.

I - destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes: o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania". (Brasil, 1996: 11)

Com relação explicitamente à biblioteca escolar na LDB, identificamos uma atitude de despreocupação, pois não há nessa lei a indicação desse espaço ou do profissional que nela atua, o que contribui para as escolas trabalharem com profissionais despreparados e pouco envolvidos com o ensino/aprendizagem da leitura, especialmente da leitura literária, não passando, na maioria dos casos, de trabalhadores despreparados que visam apenas à catalogação de acervos em ambientes inóspitos.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Língua Portuguesa - Ensino Fundamental (PCN), a leitura aparece como atividade significativa de construção de significados, que não pode ser descaracterizada de sua complexidade no ato de ensino/aprendizagem. Desta forma, "a escola deve oferecer materiais de qualidade, modelos de leitores proficientes e práticas de leituras eficazes" (Brasil, 2001: 10), o que implica em manter na escola acervo satisfatório, de acordo com as necessidades dos alunos, professores e também da comunidade. Além disso, nota-se a preocupação em oferecer cursos e programas de melhoramento profissional, para que os professores sejam também leitores, e assim, exemplos que podem ser seguidos e que consigam promover atividades que extrapolem as atividades em sala de aula.

Os PCN enfatizam, ainda, que dispor de uma biblioteca de boa qualidade na escola é determinante para o desenvolvimento do gosto pela leitura e, assim, para a formação de leitores competentes.

Nas Orientações Curriculares de Língua Portuguesa para o Ensino Médio (OCLP), elaboradas em 2006, a literatura aparece com ênfase, caracterizada como "grande agenciador do amadurecimento sensível do aluno, proporcionando-lhe um convívio

com um domínio cuja principal característica é o exercício da liberdade" (Brasil, 2006: 49).

Essas Orientações Curriculares, mais recentes, avançam em relação à prática do ensino literário viciado na historicidade, ressaltando a importância que a orientação do professor tem na formação dos leitores, assim como os ambientes propícios às leituras na escola, quais sejam, as bibliotecas:

As bibliotecas escolares têm papel fundamental no sucesso desse trabalho de iniciação literária e de formação do gosto. É preciso que existam, que tenham acervos significativos, que estejam disponíveis para todos, que o acesso ao livro seja direto, que as técnicas biblioteconômicas de catalogação e armazenagem dos livros sejam adequadas a leitores em formação e sejam a eles explicadas, quando necessário. Mais importante que tudo talvez, é que a escola crie, como parte de suas atividades regulares, demandas autênticas de leitura, capazes de fazer da biblioteca um lugar de frequência praticamente cotidiana. (Brasil, 2006: 81)

A análise mostra que encontra-se nos PCN e OCLP uma idéia de criticidade que se pretende ao aluno/leitor, que deve se caracterizar por uma práxis de ensino da literatura que respeite seu contexto sócio-histórico, mas que ofereça meios para se ter contato com textos literários de boa qualidade estética dentro e fora da sala de aula. Essa indicação encontra eco em Silva (1985), para quem "todos os indivíduos, dentro de um clima de liberdade e sem restrições de ordem social, têm a possibilidade de abordar originalmente a realidade e desenvolver suas potencialidades de forma crítica e criativa". Desse modo, o sujeito pode conscientizar-se e desenvolver sua capacidade crítica em face de sua esfera social.

Passando às Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa para a Educação Básica do Estado do Paraná (DCE), verificamos uma série de encaminhamentos a respeito da prática da leitura e literatura, enfatizando a necessidade de inserir o aluno numa dimensão de práticas sociais, que lhe permitam fazer inferências nos textos lidos, possibilitando-lhe perceber sua importância ao construir e desconstruir seus significados, sem se deixar manipular por práticas utilitaristas:

Nessas diretrizes, entende-se a leitura como um processo de produção de sentido que se dá a partir de interações sociais ou relações dialógicas que acontecem entre leitor/texto/autor. (...) O leitor constrói e não apenas recebe um significado global para o texto: ele procura pistas formais, formula e reformula hipóteses, aceita ou rejeita conclusões, usa estratégias baseadas no seu conhecimento linguístico e na sua vivência sociocultural, seu conhecimento de mundo. (Paraná, 2007: 19)

Entretanto, a importância que a biblioteca assume diante de tais práticas não didatizadas, em momento algum é citada nas DCE, ficando evidente certo descomprometimento em relação às atividades fora das salas de aula. Há, então,

um descompasso entre o discurso estabelecido e o trabalho realizado pelo professor, pois o tempo em sala de aula não é suficiente para a realização das atividades de leitura, especialmente da leitura literária. Falta nas DCE, portanto, um encaminhamento claro com relação à concepção de biblioteca e sua respectiva utilização, em sintonia com a concepção de linguagem como interação, subjacente ao conteúdo estruturante da disciplina de Língua Portuguesa, qual seja o discurso como prática social.

A conclusão é de que as DCE avançam em relação aos PCN no que diz respeito à concepção de linguagem como interação, embasado na teoria bakhtiniana, entretanto, o conceito de prática social deveria estar presente, também, na concepção da biblioteca escolar como espaço privilegiado na promoção da cultura mais ampla, lugar de confluência entre os conteúdos escolares e a vida do aluno.

Sublinhamos essa ausência tendo em vista nossa posição de que o uso da biblioteca fora dos horários de aula é uma atividade indispensável nas escolas. Para que as práticas recomendadas nas DCE se viabilizem, a biblioteca escolar deve estar ligada inteiramente à questão da formação de leitores competentes, e seu caráter dinâmico precisa estar relacionado às práticas de ensino em sala de aula. Nessa linha, a separação entre sala de aula e biblioteca é uma separação formal, que deverá continuar, mas não deve impedir a realização de um trabalho que começa em um dos espaços e continua em outro, propiciando uma comunicação dinâmica de ambientes.

Essa aproximação permite ao aluno familiarizar-se com os mais diversos textos, podendo assim, construir e reconstruir seus significados, aplicando neles a vitalidade de suas experiências de vida e de leitura, experimentando o conhecimento como verdadeira prática social.

## **Bibliografia**

AGUIAR, Vera Teixeira de. *O caminho dos livros: da biblioteca à comunidade*. In: AGUIAR, Vera Teixeira de; MARTHA, Alice áurea Penteado (org.). *Territórios da leitura: da literatura aos leitores*. São Paulo: Cultura Acadêmica; ASSIS: NEP, 2006. p. 255-267

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Brasília, 2006. Vol. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais de língua portuguesa para o Ensino Fundamental*. Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE): leitura e bibliotecas nas escolas públicas brasileiras*. Brasília, 2008.

LEAHY, Cyana. *A leitura e o leitor integral: lendo na biblioteca da escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Diretrizes curriculares para a Educação Básica*. Curitiba, 2007.

SILVA, Ezequiel T. da. *Leitura & realidade brasileira*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.